



O MOVIMENTO DO SUJEITO DEFICIENTE INTELECTUAL ENTRE A PARÁFRASE E A POLISSEMIA

Vera Regina Martins e Silva¹

Vivemos em uma sociedade onde o “pertencimento” é ditado pelo enquadrar-se às normas vigentes; quem atende aos critérios está dentro, quem não os contempla está fora. Historicamente, o sujeito com deficiência teve sempre um registro de exclusão; mudam as designações, mas os sentidos de deficiência continuam significando *falta, atraso, inadequação* ao modelo social vigente.

Devido à sua *falta* constitutiva, o deficiente intelectual vai satisfazer sua necessidade simbólica, significando em outros lugares, que não são os mesmos onde significa o sujeito dito normal. Como a falta que o sujeito deficiente intelectual tem se projeta na organização da sua fala, seu processo de identificação e produção de sentidos é ignorado, pois o que ele enuncia é considerado incoerente, sem-sentido. Ele tem uma falta a mais que os outros sujeitos não têm, portanto, os lugares de subjetivação e produção de sentidos serão outros. E, enquanto outros, porque fogem da norma e frustram as expectativas, não são visualizados, não são percebidos.

As análises que realizamos nos possibilitaram verificar que o deficiente mental ocupa uma posição de sujeito autor, caracterizada enunciativamente pela *indistinção de vozes* (MORELLO, 1996). Embora essa indistinção se reflita na linearidade, para o deficiente intelectual ela é estruturante, da ordem do simbólico. Enquanto para o sujeito “normal” ela constitui uma mera possibilidade, no discurso do deficiente intelectual ela é uma constante. Mas, justamente porque o outro “escuta” somente a partir do lugar da organização, do plano linear, ele não reconhece a posição de autoria do deficiente intelectual, que se dá exatamente nos lugares de desorganização de seu discurso. Portanto, o processo de subjetivação do deficiente intelectual, enquanto sujeito de seu discurso, se dá nessa indistinção estruturante – num simbólico diferente, afetado pela *falta*.

Essa constatação nos levou a buscar compreender como se realizam os processos de subjetivação desse sujeito. Descarná-los, sob o viés da Análise de Discurso, significa considerar que, por injunção teórica, esses processos se dão em relação a posições de sujeito, delimitadas pelas formações discursivas, que por sua vez recortam o interdiscurso. E é no interdiscurso que vamos encontrar as inúmeras discursividades que *dizem* o sujeito deficiente intelectual, portanto, funcionam como dispositivos de subjetivação, na medida em que se efetivam ou não os processos de identificação com as posições aí configuradas para esse sujeito. Ou seja, o *se constituir sujeito* é resultado das relações de identificação estabelecidas com as posições de sujeito disponíveis nas discursividades do seu momento. No entanto, a sociedade só percebe o produto do confronto dessas

¹ Doutora em Linguística. Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.



discursividades todas, o referente que se produz nesse espaço onde se entrecruzam os diversos discursos (Guimarães, 1995).

Quando dizemos que o deficiente intelectual não tem lugar de enunciação, queremos explicitar que suas enunciações não são reconhecidas nas posições que as discursividades constroem, ou seja, os processos de identificação pelos quais ele pode circular são processos que o silenciam como sujeito e o fazem significar enquanto objeto. E isso nos instigou a verificar como o deficiente intelectual escapa a toda essa teia que o objetiva, como ele constrói uma possibilidade de identificação nas margens, ou seja, fora dos lugares de (des)significação socialmente definidos para ele.

A partir da noção de silêncio - como princípio de toda a significação – desenvolvida por Orlandi (1995), procuramos desenhar o espaço possível de identificação do deficiente intelectual, em que sua subjetividade não fosse apagada, mas trabalhada simbolicamente. Tomando o silêncio *em si mesmo*, silêncio que tem seus modos próprios de significar, Orlandi distingue silêncio fundador e política do silêncio. Neste ponto, nos interessa a noção de silêncio fundador enquanto *lugar* de significância, enquanto matéria fluida que permite estados contínuos de significação. Nosso fato está assim configurado: em nossa sociedade, temos uma série de discursividades que produzem sentidos *sobre* o deficiente intelectual, disponibilizando diversos lugares de identificação, diversas posições. A circulação do deficiente por esses vários lugares – de incapacitado, de inimputável, de doente, de *diferente* etc. – é que vai construir a identidade dele. Mas segundo a autora, a identidade não se restringe apenas à identificação, ela movimenta processos mais complexos, como a produção da diferença, por exemplo, em que o silêncio trabalha essa relação do sujeito com o sentido.

Temos um indivíduo que tem uma falta no biológico e no simbólico; uma falta diferente; um ser que é alvo de uma infinidade de discursos que querem *dizê-lo*, pois todos falam por ele, todos sabem o que é melhor para ele. Por conseqüência, ele vai (se)significar em outro lugar que não nas posições plenas já formuladas. O “estar(ser)-em-silêncio” do sujeito (idem, p.92) lhe permite *escorregar* em busca de um espaço outro que não uma formação discursiva determinada. Esse espaço possível, que são os devãos que delimitam as diferentes formações discursivas, admite processos de identificação deslocados dos lugares (formações discursivas) *definidos* pela sociedade.

Eis a forma como o deficiente intelectual escapa às discursividades que o significam: movimentando-se nos entremeios fluidificados pelo silêncio ao encontro de uma possibilidade de significação. Constitui-se aí uma posição de resistência do deficiente intelectual frente ao modelo logicamente estabilizado, que trabalha no espaço da censura dos modos de dizer outros, pois ele funda um novo lugar para (se)significar. E acrescentaríamos: é a própria resistência do real, ou seja, é justamente a materialidade da falta que o deficiente tem que vai fazer com que os processos de identificação se deem no movimento dos devãos do complexo das formações discursivas.

Eis um paradoxo! O deficiente significa com/na falta, *portanto essa falta simboliza em algum lugar*. Acontece que a sociedade ao não reconhecer essa falta como matéria significativa, porque a vê a partir de seus (da sociedade) esquemas interpretativos, acaba por lhe atribuir um outro estatuto,



pois o que não se encaixa a esse esquema interpretativo, a ele sobra. E, o que sobra é excesso! Portanto, o lugar para o excesso significar só pode ser onde tem espaço. Essa sobra, esse excesso vai produzir identificação, vai produzir sujeito nos desvãos, pois ainda não se tem uma discursividade. Os desvãos trabalhados pelo silêncio fundador, enquanto possibilidade de significação, de subjetivação. Surpreendentemente, temos uma falta-excesso. Mas esses dispositivos de subjetivação reduzem esse *excesso de significação* a uma *falta de significação*, interpretada a partir de cada uma dessas discursividades.

O estudo sobre as formas do silêncio realizado por Orlandi amplia o campo da significação, possibilitando trabalhar com o não-verbal, pois o silêncio permite o transitar dos sentidos em sua infinitude. Foi então que entendemos ser fundamental trabalhar o corpo, com sua gestualidade, seus movimentos, para compreender como o deficiente intelectual produz sentido numa outra materialidade simbólica.

Dar visibilidade ao lugar – nos desvãos – de subjetivação desse sujeito significa compreender os processos de significação produzidos pelo cruzamento dessas duas dimensões simbólicas: linguagem verbal e não-verbal, materializadas nas falas desorganizadas e movimentos desajeitados, respectivamente. Convém ressaltar que ambas são rigorosamente disciplinadas pela sociedade que interpreta os enunciados do deficiente intelectual como sem-sentido e seus movimentos como exagerados e/ou inadequados.

A relação da linguagem verbal com a não verbal pode ser observada, já nos relatórios de Jean Itard, sobre o menino selvagem Victor do Aveyron, no início do século XIX, e no filme, baseado no mesmo fato, *L'enfant sauvage* (1969), dirigido por François Truffaut. Nesses trabalhos, pode-se verificar a ênfase dada aos movimentos, aos gestos como determinantes da incapacidade do menino Victor, uma vez frustrado o objetivo principal que era fazê-lo entrar no universo da palavra.

O que se percebe na maioria das ações educativas de deficientes intelectuais é exatamente a utilização de métodos que tendem muito mais ao adestramento do que à educação. Fracassada a educação sustentada pela linguagem verbal, resta disciplinar seu comportamento corpóreo. Se as coisas no mundo têm sentidos diferentes de acordo com as condições de produção, não se pode ignorar que também há um imaginário social que, historicamente, vai instituindo direções e hierarquizando os sentidos conforme as relações de força em vigor (ORLANDI, 2000).

Não há *como* não fazer sentido, o sujeito é instado a (se) significar. Assim, o deficiente intelectual metaforiza, atravessando toda uma organização social, toda uma civilidade historicamente instaurada, para se subjetivar, para fazer sentido, *invadindo* o espaço do outro, com seu corpo de movimentos *desajeitados*. Convém lembrar, que assim como a língua, o corpo está submetido à gestão social. É um objeto histórico “que encobre um caleidoscópio de épocas” (SENNET, 1997, p. 22)), um verdadeiro mapa das normas e das condutas nele materializadas. Não há lugar no mundo para corpos indisciplinados.

Dizemos, então, que discursivamente a falta constitutiva do deficiente intelectual se manifesta através de duas materialidades distintas: na língua, pela fala caracterizada por indistinção e rupturas;



no corpo, pelo exagero e desordem dos movimentos. Se levarmos em conta que o interdiscurso é do nível da constituição e o intradiscurso é do nível da formulação, esta é que realiza o trabalho de juntar, alinhavar, costurar os sentidos dispersos no interdiscurso. Mas essas etapas são apagadas, para o próprio sujeito, pelos esquecimentos. No deficiente intelectual este processo é falho (?) - tanto na fala, como no corpo esses arremates são visíveis, ou seja, é o avesso da costura que *salta aos olhos*.

Como o outro interpreta esse sujeito a partir de um modelo de enunciado, semântica e logicamente estabilizado, como se existisse apenas *um* jeito de significar, não consegue instituir um novo olhar, uma nova escuta que se desloque do *habitual*. A organização discursiva modelar do sujeito não deficiente apaga o funcionamento da ordem simbólica do discurso do deficiente intelectual, ou seja, ele é interpretado socialmente do lugar da organização e não da ordem em que se constitui. Mas ele se constitui sujeito *na falta e nela/com* ela produz suas significâncias. Essa é uma posição de resistência do deficiente intelectual que se realiza, predominantemente, fazendo funcionar uma outra materialidade simbólica: o movimento corporal. O modo de significar com o corpo, que este sujeito instaura, constitui uma resposta à incompreensão de sua linguagem verbal. O outro pode ignorar ou substituir sua fala desorganizada, mas não consegue ficar alheio ao espaço que o sujeito deficiente intelectual *toma* com seu corpo em movimento; seja pela simples perda desse espaço, seja pelo assujeitamento às regras sociais, seja pela EDUCAÇÃO que este *outro* corpo (do outro) recebeu...

O processo de inclusão do sujeito deficiente na instituição regular de ensino ainda constitui tema de grandes discussões contemporâneas. Como aconteceu lá no século XVIII, ao inserir o deficiente no espaço global da classe regular, corre-se o risco de o estarmos, com efeito, excluindo. Ou seja, “misturado” às demais crianças, ele se torna *igual*, como querem todos os princípios da inclusão e queriam os ideais revolucionários. Ao homogeneizar, universalizar, se indistingue, se invisibiliza. Nossa crença na Justiça, ideologicamente constituída, nos leva a reivindicar os mesmos direitos e deveres para todos, na ilusão de evitar os privilégios de “alguns”. No entanto, o processo pode ser inverso. Igualdade para todos significa não reconhecer as especificidades do sujeito. Condorcet (In KINTZLER, 1984), citado por Lagazzi (1988), diz que a proibição das distinções individuais é característica de uma legislação injusta, pois *o justo é a possibilidade do diferente*, e esta, o avesso da desigualdade.

Orlandi, em seu texto *Ser diferente é ser diferente – a quem interessam as minorias?* chama a atenção para a contradição que se estabelece nos discursos sobre a inclusão da pessoa com deficiência, que tratam diferença e diversidade como paráfrase. Ao substituir ideologia por cultura e promover a inclusão acaba por des-significar a diferença para torná-la diversidade. Fazendo referência a Simone de Beauvoir - “o corpo não é uma coisa, é uma situação: é a tomada de posse do mundo e o esboço de nossos projetos” – Orlandi (2016, p. 31-32) diz:

[...] além da existência/práxis, trazemos, para a reflexão, a linguagem e a ideologia, ao pensar a constituição do sujeito na relação com o mundo, a sociedade, a história.



E podemos dizer que este sujeito, a pessoa com deficiência, se significa, tomando posse do mundo/simbolizando-se no corpo com a materialidade da formação social.”

Portanto, compreender os processos possíveis de subjetivação do sujeito deficiente intelectual pode ser um ponto de partida para pais e professores que estejam abertos à experimentação. Compreender que o sentido sempre pode ser outro e que existem várias formas de (se) significar pode nos levar a compreender o sujeito deficiente intelectual com seu jeito de ser no espaço – *desajeitado*... Com os alinhavos e arremates à mostra... no movimento contínuo entre o *mesmo* e o *diferente*!

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, E.L; ORLANDI, E. (Orgs.) *Discursos sobre a inclusão*. Niterói: Intertexto, 2014.
- MORELLO, R. *Os meandros da alteridade: marcas de dizer e indistinção de vozes no discurso*. 1995. Dissertação (Mestrado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ORLANDI, E. Ser diferente é ser diferente – a quem interessam as minorias. In: BARROS, R. C. B de; CAVALLARI, J. S. (Orgs.) *Trilogia Travessia da Diversidade*. V.2, Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 19-33.
- _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- _____. Do sujeito na história e no simbólico. *Escritos*. n. 4, LABEURB/NUDECRI-UNICAMP, 1999a.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999b.
- _____. Do não-sentido e do sem-sentido. In: JUNQUEIRA FILHO, L.C.U. *Silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3.ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2.ed., Campinas, SP: Pontes, 1997.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.